

Sumário

Apresentação	17
Introdução	19
Parte I – CONTEÚDO E EFICÁCIA DO ESTADO DE DIREITO	23
1. Breve introdução à cláusula do estado de direito	23
1.1. Do Estado de Polícia ao Estado de Direito Liberal. Da Constituição do Império ao Constitucionalismo Republicano	27
1.1.1. A Constituição de 1824	27
1.1.2. A Constituição de 1891	31
1.1.3. Estado de Direito Liberal e influência no Direito Tributário	34
1.2. O surgimento do <i>welfare state</i> e as repercussões no constitucionalismo brasileiro	35
1.2.1. A Constituição de 1934	36
1.2.2. Estado Social e influência no Direito Tributário	39
1.3. Experiência totalitária com a Constituição de 1937	41
1.4. A Constituição de 1946. Influências do constitucionalismo pós-guerras	42
1.5. Consagração constitucional da autonomia do Direito Tributário. Emenda Constitucional nº 18, de 1965	44
1.6. Constituição de 1967. Período de exceção à democracia	46
1.7. Acréscimo da expressão “democrático” ao Estado de Direito. A Constituição de 1988	47
1.7.1. Legado do princípio democrático ao Direito Tributário	50
2. Fundamentos da República Federativa do Brasil. O Estado de Direito segundo a Constituição Federal de 1988	53
2.1. A dignidade da pessoa humana	53
2.2. A soberania	56
2.3. A cidadania	58
2.4. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa	60
2.5. O pluralismo político	62
3. O Estado de Direito e seus subprincípios	63
3.1. A ideia de vinculação ao ordenamento jurídico emanada pelo Estado de Direito. Uma nova perspectiva da legalidade	64
3.2. Previsibilidade, estabilidade e mensurabilidade plasmados na segurança jurídica	68
3.3. Devido processo legal como subprincípio do Estado de Direito	71
3.4. A constitucional separação de Poderes e os reflexos na aplicação do Direito ...	77



3.5. A moralidade prevista na Constituição Federal e sua relação com o Estado de Direito	79
3.6. O princípio da determinabilidade fática	84
4. Conteúdo mínimo do Estado de Direito e eficácia normativa autônoma	88
4.1. Definições conceituais	88
4.2. Estado de Direito enquanto princípio	95
4.2.1. Eficácia Interna Direta – função eficaz integrativa	97
4.2.2. Eficácia Interna Indireta	98
4.2.2.1. Função eficaz interpretativa	98
4.2.2.2. Função eficaz bloqueadora	99
4.2.3. Eficácia externa	99
4.2.3.1. Eficácia externa objetiva	99
4.2.3.1.1. Função eficaz seletiva	99
4.2.3.1.2. Função eficaz valorativa	100
4.2.3.1.3. Função eficaz argumentativa	101
4.2.3.2. Eficácia externa subjetiva	103
4.2.3.2.1. Função eficaz de defesa	103
4.2.3.2.2. Função eficaz protetora	104
4.3. Estado de Direito enquanto sobreprincípio	104
4.3.1. Função eficaz rearticuladora	105
Parte II – ESTADO DE DIREITO COMO LIMITAÇÃO AO PODER DE TRIBUTAR	107
5. Estado de Direito no Sistema Constitucional Tributário	107
5.1. Limitação de ordem formal e limitação de ordem material	109
5.2. Limitação de segunda ordem	111
6. Estado de Direito e limitações de ordem formal	112
6.1. Estado de Direito e devido processo legal	112
6.2. Estado de Direito e legalidade	117
6.3. Estado de Direito e irretroatividade	121
6.4. Estado de Direito e anterioridade	126
7. Estado de Direito e limitações de ordem material	129
7.1. Estado de Direito e regras de competência	129
7.2. Estado de Direito e proteção aos direitos fundamentais de primeira geração .	137
7.3. Estado de Direito e proteção aos direitos fundamentais de segunda geração .	142
7.4. Estado de Direito e proteção aos direitos fundamentais de terceira geração .	144
8. Estado de Direito e limitações de segunda ordem	146
8.1. Estado de Direito e proibição de excesso	148
8.2. Estado de Direito e concordância prática	149
8.3. Estado de Direito e proporcionalidade	152
8.4. Estado de Direito e razoabilidade	155
Conclusões	157
Bibliografia	161